

Cotas raciais na UFERSA: um estudo com estudantes e professores**Racial quotas at UFERSA: a study with students and teachers**

DOI:10.34117/bjdv6n7-546

Recebimento dos originais: 16/06/2020

Aceitação para publicação: 21/07/2020

Kayo Rodrigo Santiago da Silva

Mestre em Ciências da Educação pela Facultad Interamericana de Ciencias Sociales

Instituição: Facultad Interamericana de Ciencias Sociales

Rua Centenária, 608, Aeroporto, Condomínio Celina Guimarães 2, Bloco H, Apto. 406, Mossoró-RN

E-mail: kayo.s@outlook.com

Pedro Ramon Pinheiro de Souza

Doutor em Ciências da Educação pela Facultad Interamericana de Ciencias Sociales

Instituição: Facultad Interamericana de Ciencias Sociales

Endereço: Av. Francisco Mota, 4492, Rincão, Condomínio

Ecoville, Quadra J, Casa 105, Mossoró –RN

E-mail: hunter4you@gmail.com

RESUMO

Este artigo faz parte dos resultados da dissertação de mestrado intitulada “Cotas raciais e o princípio jurídico de igualdade: um estudo de caso no curso de ciência e tecnologia da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA)” e apresentada à Facultad Interamericana De Ciencias Sociales. Assim, este trabalho tem como objetivo apresentar parte dos resultados da pesquisa realizada na UFERSA, campus central, com alunos e professores do curso de Ciência e Tecnologia. Dessa forma, utilizou-se como metodologia a pesquisa do tipo quali-quantitativa sendo realizada uma entrevista semi-estruturada com 90 alunos e 6 professores da referida instituição. Como resultados, obteve-se que as cotas raciais são uma política de grande importância para a inclusão dos alunos negros na universidade e isso se tornou visível para a maioria dos entrevistados, pois, conforme relatado pelos mesmos, atualmente é possível ver maior diversidade no âmbito da instituição, porém, apenas a cota não garante a formação do estudante, pois, ainda existe muitas dificuldades por parte dos alunos cotistas em permanecer na universidade. Conclui-se, portanto, que as cotas raciais universitárias possibilitam muitos alunos negros a serem incluídos no ensino superior, porém, é preciso que as instituições criem políticas de permanência que ofereçam condições para que o aluno permaneça na universidade e consiga concluir sua graduação.

Palavras-chave: Cotas raciais, UFERSA, Políticas de inclusão**ABSTRACT**

This article is part of the results of the Master's thesis entitled "Racial quotas and the legal principle of equality: a case study in the course of science and technology at the Federal Rural University of the Semi-Arid (UFERSA)" and presented to the Facultad Interamericana de Ciencias Sociales. Thus, this work aims to present part of the results of the research conducted at UFERSA, the central campus, with students and teachers of the course of Science and Technology. Thus, the methodology used was the quali-quantitative type research being conducted a semi-structured interview with 90 students and 6 professors from that institution. As a result, it was obtained that racial quotas are a policy of great

importance for the inclusion of black students in the university and this became visible to most of the interviewees because, as reported by them, it is now possible to see greater diversity within the institution, but only the quota does not guarantee the formation of the student, because there are still many difficulties on the part of the students to remain in the university. It is concluded, therefore, that the university racial quotas make it possible for many black students to be included in higher education, but it is necessary that the institutions create policies of permanence that offer conditions for the student to remain in the university and be able to complete his graduation.

Keywords: Racial Quotas, UFERSA, Inclusion Policies

1 INTRODUÇÃO

As cotas raciais universitárias, criadas pela lei nº 12.711 de 2012, mesmo após 8 anos de vigência ainda é pauta de discussões e divergências nos diversos campos dos saberes. Algumas dessas discussões consideram que essa política de inclusão contribui de forma considerável na busca por uma sociedade mais igualitária, onde os negros consigam ocupar espaços antes dominados, majoritariamente, por pessoas brancas. Já outras teorias discorrem sobre a ideia de que essa política mais exclui que inclui, pois, acentua ainda mais a distinção entre negros e brancos.

A Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), foi a primeira universidade a adotar o sistema de cotas raciais, no ano de 2003 e, antes mesmo dessa política se tornar uma lei federal, muitas outras universidades foram aderindo ao programa (GUARNIERI; SILVA, 2017). Esse fato despertou curiosidade e interesse da comunidade acadêmica, sendo importante apresentar discussões e resultados que possam demonstrar os resultados da adesão das universidades às cotas raciais.

Considera-se, portanto, importante conhecer a realidade local das universidades para contribuir no preenchimento de lacunas existentes sobre a importância das cotas raciais nas universidades. Nesse sentido, esta pesquisa buscou realizar uma abordagem na Universidade Federal do Semi-Árido (UFERSA), *campus* central, localizado na cidade de Mossoró-RN, tendo como recorte para amostra o curso de Ciência e Tecnologia (CeT). A escolha pela realização da pesquisa especificamente com alunos e professores do referido curso se deu por ser um dos cursos com maior quantidade de vagas disponibilizadas, ingressando uma média de 300 alunos por semestre, conforme demonstra a decisão do Conselho Universitário - CONSUNI/UFERSA no nº 060/2008, de 08 de outubro de 2008.

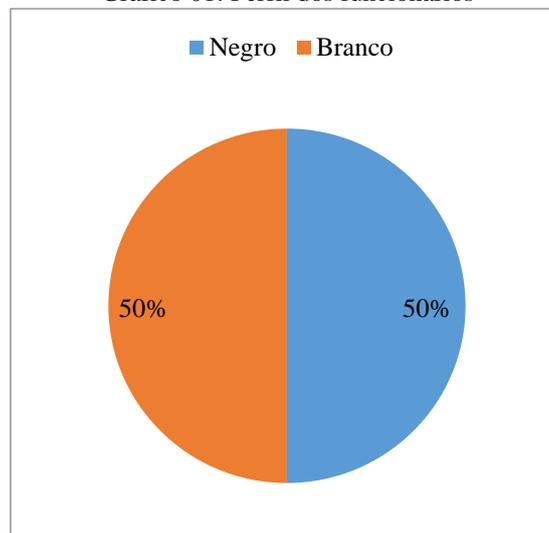
O objetivo desta pesquisa é apresentar parte dos resultados da pesquisa realizada na UFERSA, *campus* central, com alunos e professores do curso de Ciência e Tecnologia, demonstrando a opinião dos mesmos em relação às cotas raciais na instituição, assim como observar as dificuldades de permanência fazendo um comparativo entre os alunos cotistas e os não cotistas.

2 POLÍTICAS DE COTAS RACIAIS NA UFERSA E AS DIFICULDADES ENFRENTADAS PELOS ALUNOS COTISTAS

Foi realizada entrevistas com 90 (noventa) alunos matriculados no curso de Ciência e Tecnologia, turno integral, da UFERSA e 6 (seis) professores do referido curso. Para manutenção do sigilo da identidade dos mesmos os dados serão apresentados em números, demonstrando só as estatísticas das respostas sem, no entanto, identificar individualmente os participantes. A seguir, apresenta-se o perfil geral dos entrevistados iniciando pelos servidores e posteriormente os discentes.

Em relação a formação, todos os professores entrevistados possuem grau de doutorado. Perguntando-se sobre a cor da pele, 3 (três) se autodenominaram negros e 3 (três) brancos, como mostra o quadro a seguir: Assim, tem-se um percentual de 50% de servidores negros e 50% brancos.

Gráfico 01: Perfil dos funcionários



Em relação ao tempo de serviço, todos os servidores têm 7 anos ou mais de serviços prestados à UFERSA, campus Mossoró, como demonstra o quadro 1:

Quadro 01: Demonstrativo do Tempo de serviço dos funcionários entrevistados da UFERSA

Variáveis	Quantidade
07 anos	01
10 anos	02
11 anos	02
13 anos	01
Total	06

Fonte: Entrevista realizada aos funcionários (2019)

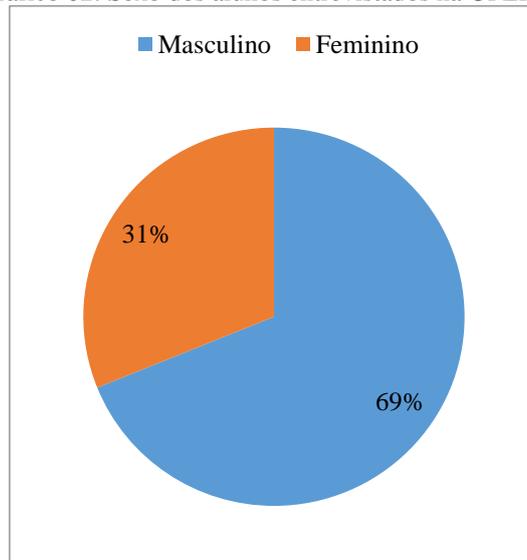
Esse dado é importante pois, sendo a entrevista realizada em 2019 significa que o servidor com menos tempo de serviço dedicado à UFERSA entrou em 2012, antes de ser implantada a lei de cotas na referida universidade. Esse fato pode contribuir para que todos os entrevistados tenham uma

Brazilian Journal of Development

melhor visão sobre a instituição antes e depois da referida lei. Como se vê no quadro, os servidores têm entre 7 a 13 anos de serviços prestados. Em relação ao sexo, foram entrevistadas 3 mulheres e 3 homens e todos são professores da universidade.

No que diz respeito ao perfil dos alunos, todos são estudantes do curso de Ciência e Tecnologia da UFERSA, campus Mossoró. 62 são do sexo masculino e 28 do sexo feminino, tendo um percentual de 69% dos entrevistados serem homens e 31% mulheres, como representado no gráfico abaixo:

Gráfico 02: Sexo dos alunos entrevistados na UFERSA

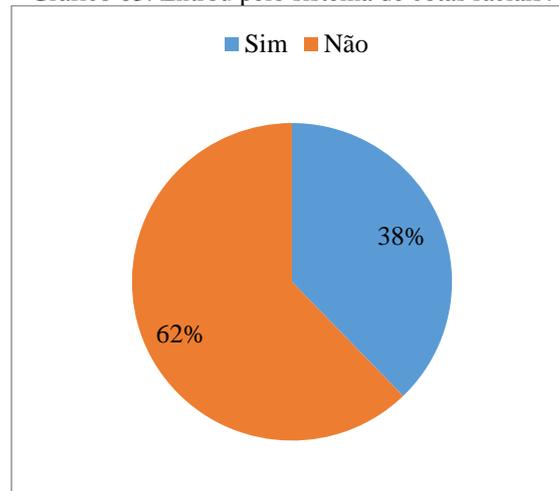


Fonte: Entrevista realizada com alunos (2019)

Do total de entrevistados, 87 são solteiros e 3 afirmaram que moravam com um(a) companheiro(a). Já em relação a formação educacional, todos os entrevistados têm nível superior incompleto.

Sobre o ingresso na universidade, 34 dos entrevistados afirmaram que entraram utilizando o sistema de cotas raciais e 56 disseram que não usaram esse tipo de cota. Assim, tem-se o seguinte percentual:

Gráfico 03: Entrou pelo sistema de cotas raciais?



Fonte: Entrevista realizada com alunos (2019)

62% dos entrevistados não entraram através de cotas, contra 38% que se utilizaram dessa política para ingresso. Dessa forma, as respostas dos alunos serão demonstradas, estatisticamente, separando as respostas dos alunos cotistas das dos alunos não cotistas com o objetivo de se ter maior visão comparativa da realidade destes alunos.

A partir daqui, será apresentada primeiramente os resultados da pesquisa com os professores e, em seguida, a entrevista com os alunos. Foram feitas 6 (seis) perguntas aos docentes e 8 (oito), aos discentes que serão apresentadas na sequência.

A primeira pergunta realizada aos funcionários entrevistados diz respeito sobre o acesso à educação. Questionou-se sobre se o mesmo considerava a educação de nível superior um direito de todos. 100% dos entrevistados responderam que sim. O artigo 205º da Constituição Federal considera que a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, correspondendo ao Estado a obrigação de garantir “V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um” (BRASIL, 1988, art. 208). Porém, entende-se que por muito tempo esse acesso foi restrito à grupos da elite. Essa restrição se deveu a vários fatores como a forma de acesso, a localização das universidades (e até mesmo das escolas de nível Médio), que geralmente se concentravam nas grandes cidades, sem falar na péssima qualidade da educação pública básica que dificultava o acesso a níveis mais elevados. Porém, verifica-se que entre os entrevistados é consenso de que a educação superior é um direito de todos.

Em relação as cotas raciais, perguntou-se aos servidores entrevistados se os mesmos concordam com tal política. Entre as respostas obteve-se as seguintes:

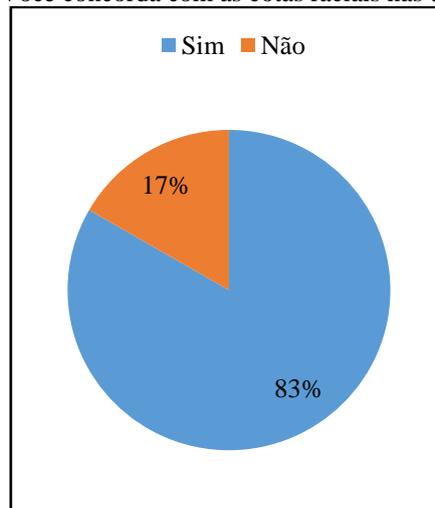
Quadro 02: Você concorda com as cotas raciais nas universidades? Por quê?

Funcionário 01
Sim, devido à precariedade do ensino público e porque a maior parte da população carente entraria nesta cota.
Funcionário 02
Sim, porque beneficiaria as pessoas negras a ingressar na universidade.
Funcionário 03
Sim, afim de realizar ajustes de direitos aos brasileiros prejudicados pelas conjunturas passadas.
Funcionário 04
Sim, a nação tem dívida de mais de um século de escravidão sem falar que o acesso ao ensino de qualidade é mais difícil para negro e pobre.
Funcionário 05
Sim, por ser uma solução inicial para o problema da desigualdade social. No entanto, acho essencial que hajam investimentos na educação básica para que, futuramente, com uma educação básica pública de qualidade para todos as cotas não sejam mais necessárias.
Funcionário 06
Não, porque a constituição diz que todos têm os mesmos direitos e o fato de ter cotas raciais só aumenta a questão das diferenças. O que deveria haver é a igualdade para todos.

Fonte: Entrevista realizada com funcionários (2019).

Como se vê, a maioria dos entrevistados concorda com as cotas raciais. Assim, tem-se o seguinte percentual:

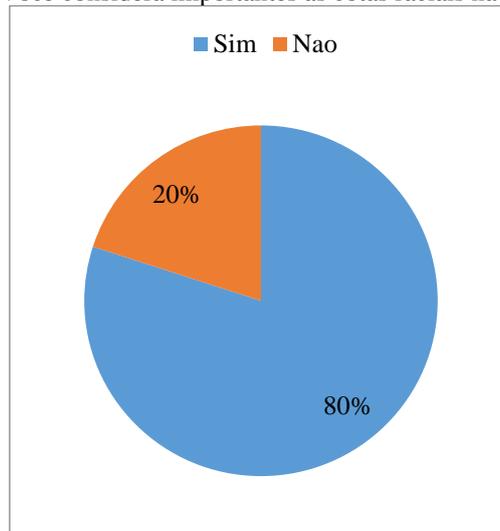
Gráfico 04: Você concorda com as cotas raciais nas universidades?



Fonte: Entrevista realizada com funcionários (2019)

O gráfico 4 mostra que 83% dos entrevistados concordam com as cotas raciais. Ou seja, dos seis entrevistados, apenas um é contra tal política justificando que a mesma aumenta a segregação entre os povos. A mesma pergunta foi feita aos 90 alunos entrevistado, dos quais 72 responderam que sim e 18 responderam que não:

Gráfico 05: Você considera importantes as cotas raciais na universidade?



Fonte: Entrevista com alunos (2019)

Percebe-se que o percentual é semelhante entre alunos e professores que concordam com as cotas raciais. De forma geral, a maioria dos entrevistados as aprovam. É válido destacar que entre os alunos respondentes a maioria não usufruiu de tal política, o que demonstra que mesmo entre as pessoas que não precisaram da cota racial a aprovam e consideram importante ferramenta de acesso.

Continuando com a análise dos funcionários, foi perguntado se os mesmos consideram que houve mudanças após a inclusão das cotas raciais e, caso a resposta seja afirmativa, pediu-se para que os servidores informassem quais foram estas mudanças. Nesse sentido, obteve-se as seguintes respostas:

Quadro 04: Você considera que houve mudanças após a inclusão das cotas raciais na universidade? Caso a resposta seja positiva, quais foram essas mudanças?

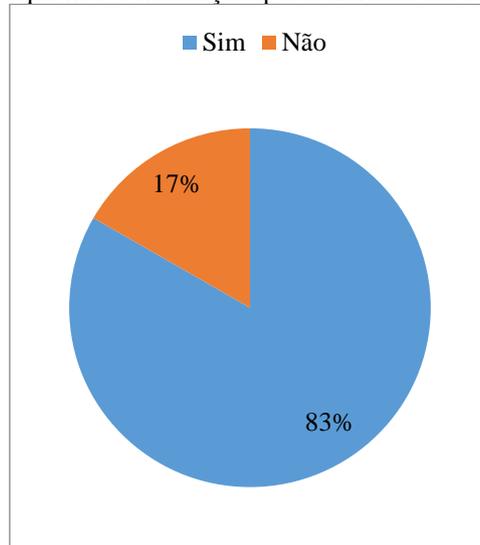
Funcionário 01
Sim, maior diversidade racial e social e maior investimento social.
Funcionário 02
Sim, inclusão de negros nas universidades.
Funcionário 03
Sim, a universidade ganha mais a cara da população.
Funcionário 04
Sim, vemos mais pessoas cotistas em sala de aula.
Funcionário 05
Sim, vejo a divulgação das várias ações que são promovidas na UFERSA pela CAADIS.
Funcionário 06
Não.

Fonte: Entrevista realizada com funcionários (2019).

Brazilian Journal of Development

Assim, do total de funcionários entrevistados apenas um afirmou que não percebeu nenhuma mudança na universidade após a criação das cotas raciais. Com essas respostas, chega-se ao seguinte percentual:

Gráfico 06: Você considera que houve mudanças após a inclusão das cotas raciais na universidade?



Fonte: Entrevista realizada com funcionários (2019)

Perguntou-se ainda aos funcionários da UFERSA entrevistados se os mesmos consideram que a política de cotas adotada pela universidade pode ser considerada como bem-sucedida. Sobre isso, os mesmos afirmaram o seguinte:

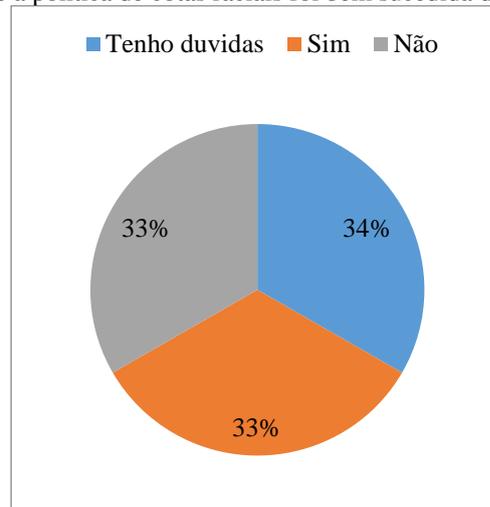
Quadro 05: Você acha que a política de cotas raciais foi bem-sucedida dentro da UFERSA? Por quê?

Funcionário 01
Mais ou menos, ainda não atingiu uma população maior.
Funcionário 02
Sim, tem muitas campanhas de cotas raciais na UFERSA.
Funcionário 03
Ainda precisamos avançar na averiguação se as cotas estão realmente atendendo a comunidade corretamente ou se encontramos fraudes.
Funcionário 04
Sim, vejo muitas cotistas em minhas aulas.
Funcionário 05
Não tive acesso a informações que me permitam tirar conclusões sobre o assunto.
Funcionário 06
Não, porque incita ainda mais as diferenças.

Fonte: Entrevista realizada com funcionários (2019).

Com isso, obteve-se a seguinte estatística:

Grafico 07: Você acha que a política de cotas raciais foi bem sucedida dentro da UFERSA?



Como se vê, 34% dos entrevistados tiveram dúvidas sobre o êxito da política de cotas na UFERSA. Entre os questionamentos apontados pelos servidores está a questão da transparência das informações, onde os mesmos apontam que não tiveram acesso para se chegar a uma conclusão fundamentada sobre tal questão. Aos que responderam afirmativamente, os mesmos justificaram a resposta na observação cotidiana na sala de aula e na universidade, em geral, alegando observar que há uma maior quantidade de alunos negros na sala, assim como movimentação de campanhas relacionadas às cotas raciais no interior da instituição. Já os entrevistados que negaram que a política de cotas foi bem-sucedida, um afirma que ainda não atingiu toda a população que necessita e o outro afirmou que não foi bem-sucedida por incitar, ainda mais, as diferenças.

Pesquisa realizada pelo IBGE (2019), demonstra que até 2005, um ano após a lei de cotas raciais, apenas 5,5% dos alunos universitários eram negros. Já em 2015 esse número subiu para 12,8%. O que é de grande relevância para a ascensão da comunidade negra tendo em vista que uma pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), publicado em 2014 (IPEA, 2014), demonstrou que a distribuição de cargos de empregos que exigem nível superior atinge uma desigualdade “sensível”, tendo em vista que apenas 20% desses cargos são ocupados por negros. Porém, quando se trata de nível auxiliar, esse percentual atinge 50,7%. Para o instituto “isso implica dizer que os negros ocupam as funções menos remuneradas e com menor poder de influenciar o processo decisório” (IPEA, 2019, p. 22). Assim, com o aumento de pessoas negras com nível superior há também a perspectiva de que as mesmas consigam ascender para cargos antes ocupados, majoritariamente, por brancos.

Os servidores entrevistados também responderam se percebem que há diferenças no desempenho dos alunos cotistas e não cotistas. Entre as respostas obteve-se:

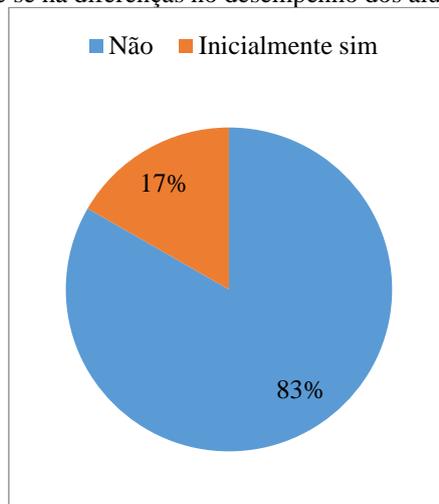
Quadro 06: Você percebe se há diferenças no desempenho dos alunos cotistas e não cotistas?

Funcionário 01
Não tem diferença perceptível.
Funcionário 02
Para mim não.
Funcionário 03
Rendimentos semelhantes.
Funcionário 04
Inicialmente sim. Mas percebo que os cotistas acabam se dedicando mais e consequentemente se saindo melhor.
Funcionário 05
Não.
Funcionário 06
Não há diferença.

Fonte: Entrevista realizada com funcionários (2019).

Sobre a percepção dos servidores entrevistados em relação as diferenças no desempenho dos alunos cotistas e não cotistas, pode-se afirmar que, praticamente, todas as respostas foram de que não há diferenças. Apenas um dos entrevistados afirmou que há uma diferença inicial, porém, que é superada no decorrer do curso.

Gráfico 08: Você percebe se há diferenças no desempenho dos alunos cotistas e não cotistas?



Fonte: Entrevista com funcionários (2019)

Foi perguntado se os entrevistados já sofreram ou já presenciaram alguma forma de racismo dentro da universidade. Todos os funcionários responderam que não, apesar de um deles, o Funcionário 6, afirmar saber que “o racismo existe sim”.

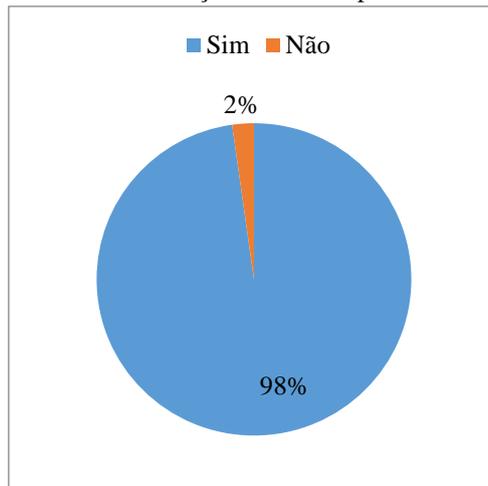
A partir de agora será apresentado os resultados da entrevista com os alunos. Nesse ponto, é válido informar que as respostas dos alunos em alguns momentos serão apresentadas separadamente com o objetivo de demonstrar a opinião dos alunos cotistas (AC), não cotistas (NC) e um resultado geral (RG) quando se achar necessário. Esse critério de apresentação se deu para uma melhor visão

Brazilian Journal of Development

sobre os problemas enfrentados pelos dois grupos distintamente, porém, também se ter uma visão das respostas unificadas quando a mesma se fizer interessante para a pesquisa.

Primeiramente perguntou-se se os alunos consideram o acesso a educação de nível superior como um direito de todos. Dos 90 alunos entrevistados, apenas dois afirmaram que não, como demonstra o gráfico a seguir:

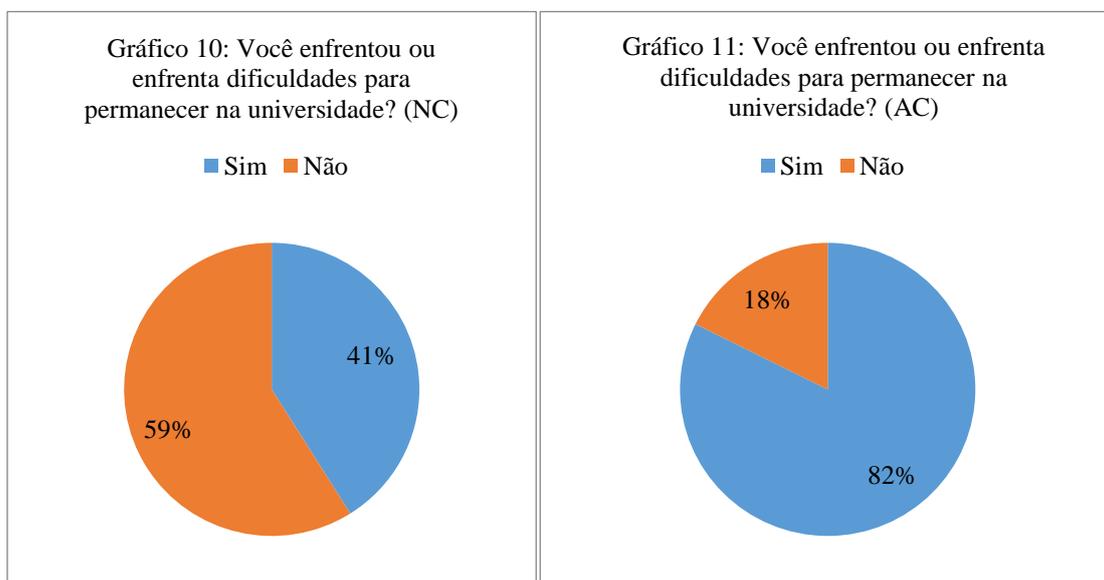
Gráfico 09: Para você o acesso a educação de nível superior é um direito de todos? (RG)



Fonte: Entrevista com alunos (2019).

É interessante que dos grupos de respondentes 1 (um) aluno cotista e 1 (um) aluno do grupo de não cotista responderam que “não” à pergunta apresentada no gráfico 11.

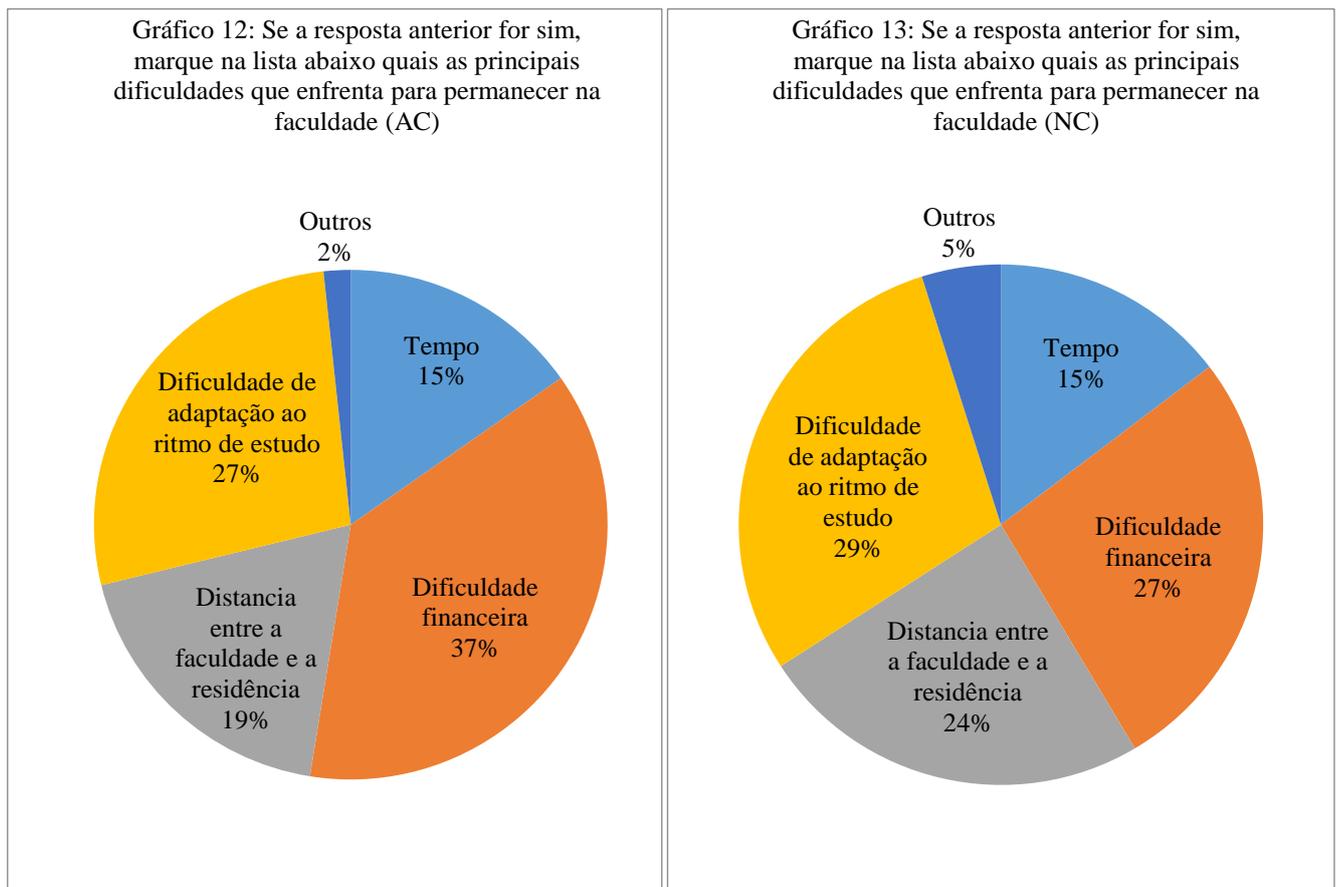
Em seguida, foi perguntado aos alunos entrevistados se os mesmos enfrentaram ou enfrentam dificuldades para permanecer na universidade. Esse dado será apresentado separadamente. Assim, obteve-se as seguintes respostas:



Brazilian Journal of Development

Dos 34 alunos cotistas que responderam a entrevista, 28 afirmaram que enfrentam dificuldades para permanecerem na universidade. Já entre os alunos não cotistas, 23 responderam que sim, que possuem dificuldades e 33 disseram que não. Verifica-se que o percentual de alunos que enfrenta dificuldades para permanecer na universidade é bem menor quando se trata de alunos não cotistas. É praticamente o dobro, como se pode ver os números percentuais apresentados nos gráficos 10 e 11, onde 59% dos alunos não cotistas entrevistados afirmaram não enfrentar dificuldades em permanecer na faculdade, por outro lado, quando se compara ao número de alunos cotistas, o percentual é de apenas 18% dos entrevistados, contra 82% que enfrentam este problema.

Aos alunos que responderam afirmativamente, foi perguntado que tipo de dificuldade os mesmos enfrentavam, sendo elencadas as seguintes opções: tempo, dificuldade financeira, distância entre a faculdade e a residência, dificuldade de adaptação ao ritmo de estudo ou outros. Nessa questão os entrevistados podiam marcar mais de uma opção das elencadas. Entre as respostas obteve-se o seguinte resultado:



Fonte: Entrevista com alunos (2019)

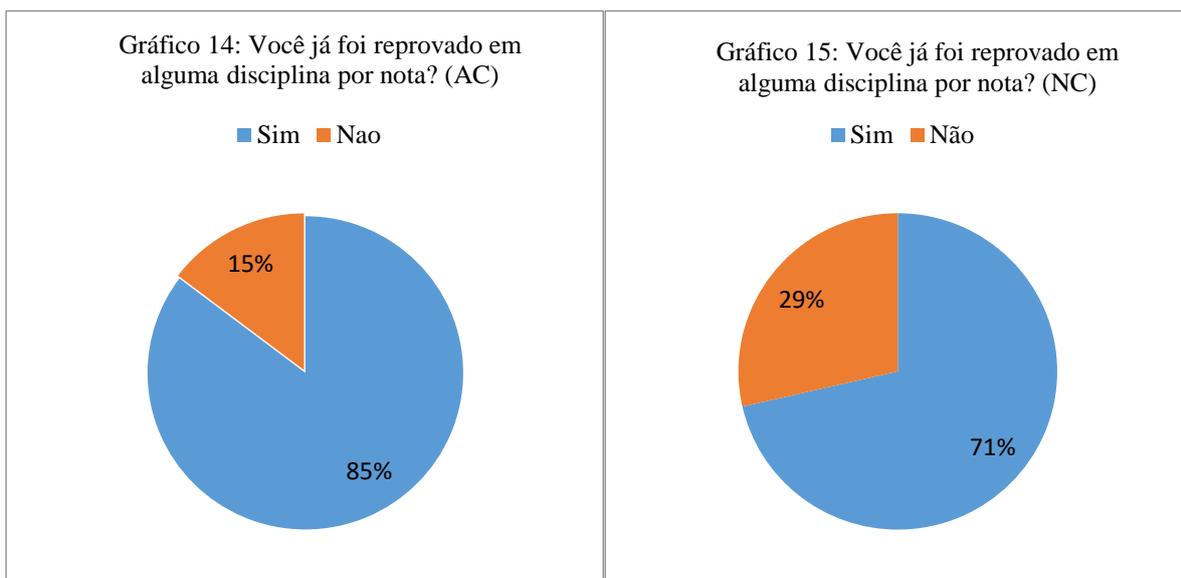
Brazilian Journal of Development

Entre os alunos cotistas, o problema mais relatado foi a dificuldade financeira, seguido da adaptação ao ritmo de estudo, distância entre a faculdade e a residência, tempo e outros. Ou seja, 37% dos AC relatam a dificuldade financeira como um dos principais problemas para se manterem na universidade. Já entre os alunos NC os resultados foram a maior dificuldade relatada diz respeito dificuldade de adaptação ao ritmo de estudo. Destaca-se, entretanto, que a questão financeira foi bem menor se comparado aos AC.

Somando os dois percentuais (dificuldade financeira + dificuldade de adaptação ao ritmo de estudo) obtém-se 56%, 8% menor que dos alunos cotistas. A diferença, ainda, está na maior distribuição entre os problemas relatados que não se concentraram apenas na dificuldade financeira (27% NC e 37% AC), ou seja, entre os alunos não cotistas, os mesmos relatam a distância dentre a faculdade e a residência como um problema tão frequente quanto os outros.

Essas dificuldades podem acarretar problemas maiores como a questão da evasão. Os dados do Censo de Educação Superior (INEP, 2019), demonstram que a taxa de evasão dos últimos dez anos permanece em uma média de 21% o que corresponde, segundo Pinto (2019), a mais de um milhão de estudantes brasileiros. Esse dado não é só ruim apenas para os alunos que não conseguem concluir a graduação, mas também para a universidade que acaba por “desperdiçar” aquele dinheiro investido.

Também foi perguntado aos alunos entrevistados se os mesmos já tinham sido reprovados por nota em alguma disciplina. As respostas podem ser observadas nos gráficos a seguir:

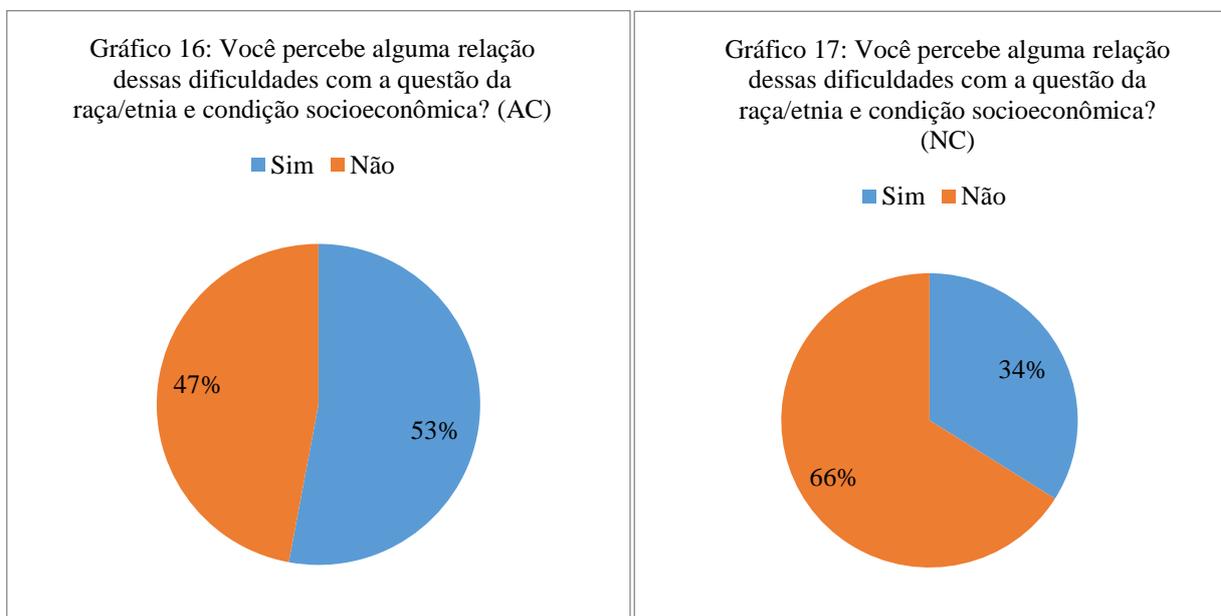


Fonte: Entrevista realizada com alunos (2019)

Brazilian Journal of Development

Do total de alunos cotistas entrevistados, a grande maioria já foi reprovado em pelo menos uma disciplina. Essa realidade diverge um pouco quando comparado aos alunos não cotistas que, apesar de também um percentual considerável (71%), ainda é menor que as dos AC, pois, apesar da diferença ser de apenas 14%, o que parece ser pouco, percebe-se que os números sempre estão maiores para os alunos cotistas quando se trata de problemas enfrentados na universidade.

A pergunta seguinte diz respeito a percepção dos alunos em relação as dificuldades enfrentadas na universidade com a condição socioeconômica ou étnica. Os resultados foram os seguintes:



Fonte: Entrevista com alunos (2019)

Como se pode verificar, os alunos cotistas (53%) acreditam que parte das dificuldades enfrentadas para a permanência na universidade provém de questões étnicas e das condições socioeconômicas, sendo que apenas 34% dos alunos não cotistas entrevistados fazem essa relação.

Sabe-se que as universidades criaram políticas de assistência estudantil com o objetivo de oferecer condições aos alunos para se manterem na universidade. Assis (et al, 2013), define “política de assistência estudantil” da seguinte forma:

Trata-se de uma política estruturada com a proposta de responder às demandas dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, que estão tendo sua participação ampliada no ensino superior público brasileiro, na perspectiva de inclusão social, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e qualidade de vida. (ASSIS, et al, 2013, p. 128).

Brazilian Journal of Development

Direcionando especificamente para a UFERSA, campus Mossoró, universidade campo desta pesquisa, é válido informar que a mesma possui uma Coordenação Geral de Ação Afirmativa, Diversidade e Inclusão Social (CAADIS), criada em 31 de outubro de 2012 através da Resolução nº 005 da CONSUNI-UFERSA. Entre as finalidades e ações realizadas por esta coordenação, estão:

Realizar estudos e propostas para a implantação de programas e medidas de ações afirmativas e inclusão social para o acesso e permanência de estudantes na universidade, na interface entre diversidade étnico-racial, de gênero e cultural;

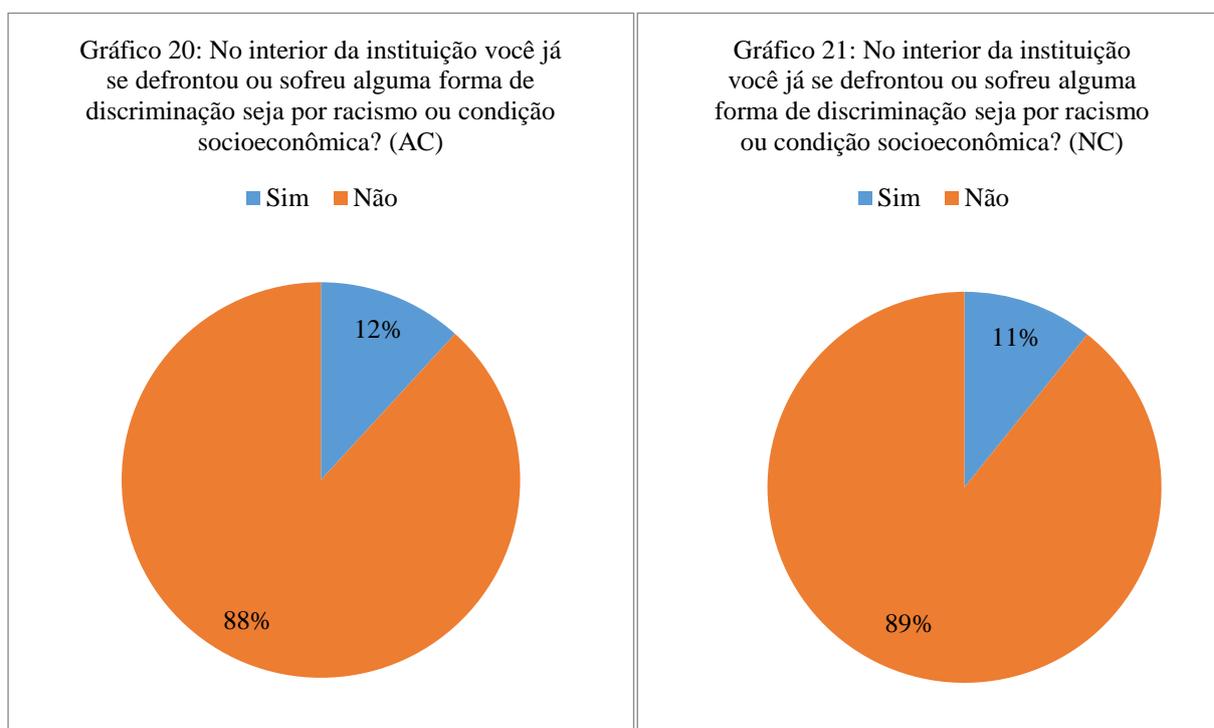
Promover o amplo diálogo e debate sobre ações afirmativas com todos os segmentos universitários e sociedade, com vistas à ampliação do acesso e permanência bem-sucedida de estudantes na universidade;

[...]

Desenvolver atividades educativas e ações para discussão de medidas de apoio à permanência de estudantes oriundos de escolas públicas na universidade. (UFERSA, 2013, p. 2).

Essas ações são de grande importância principalmente no sentido de que tenham um pessoal dedicado para que os programas assistenciais da universidade cheguem para quem realmente necessita.

Sobre isso, perguntou-se aos alunos se os mesmos são beneficiários de algum auxílio inerente a essa assistência. Dos 34 (trinta e quatro) alunos cotistas, 8 (oito), responderam afirmativamente. Já os alunos não cotistas, dos 56, apenas 3 afirmaram que sim. De tal modo, observa-se os seguintes dados:



Fonte: Entrevista com alunos (2019).

Brazilian Journal of Development

Assim, estatisticamente o número de alunos que já sofreram ou se defrontaram com situações de discriminação é relativamente baixo, porém, qualquer percentual referente ao racismo ou qualquer outra forma de discriminação deve ser inaceitável.

Lemos (2017), afirma que as políticas universalistas incrementadas ao longo do século XX foi decisivo para perpetuar um padrão de discriminação racial materializado nas diferenças entre os anos de estudos de pessoas negras e de pessoas brancas, os quais mantiveram-se estáveis entre gerações. Essa situação se repetia na estatística que mostra o acesso ao nível superior, onde o número de brancos era praticamente o dobro do número de negros. De tal modo, essa é uma forma de discriminação estrutural perpetuada pelo Estado, porém, que vem sendo combatida mais recentemente com a criação de determinadas políticas e a busca pela construção de uma consciência coletiva.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados permitiram compreender que houve, de fato, mudanças no contexto da UFERSA após a inclusão das cotas raciais no âmbito da mesma. Essas mudanças foram notadas pelos próprios servidores entrevistados, assim como também a partir da mudança de postura por parte da gestão, tendo em vista que o Programa Institucional de Permanência da referida universidade foi criado apenas em 2010, pela Resolução CONSUNI/UFERSA n° 001/2010¹ e alterado em 2012, pela resolução n° 002/2012² adaptando-se à nova realidade da universidade.

Os resultados também demonstraram que ainda há uma diferença acentuada em relação aos alunos cotistas e os não cotistas, percebendo-se que os primeiros têm uma maior dificuldade quando se trata de permanecer na universidade. As questões financeiras é a mais relatada entre os AC ao ponto que para os NC o principal problema é a adaptação ao ritmo das aulas.

Por fim, conclui-se que as cotas raciais são de grande importância para a inclusão dos alunos negros nos espaços acadêmicos. Quanto a dissolução de tal política de inclusão, pode-se afirmar que a UFERSA está ainda muito distante de alcançar o patamar ideal para que negros e brancos consigam disputar pelas vagas em nível de igualdade. Na verdade, entende-se que, mais que cotas para ingresso, a universidade precisa investir ainda mais em programas de incentivo e de auxílio a permanência para que, para além de conseguirem ingressar, esses alunos consigam concluir o nível superior.

¹Disponível em: <https://proac.ufersa.edu.br/wp-content/uploads/sites/9/2014/09/RESOLUCAO_CONSUNI_001_2010.pdf> Acesso: 12 mar. 2020.

²Disponível em: <https://proac.ufersa.edu.br/wp-content/uploads/sites/9/2014/09/EMENDA_CONSUNI_002_2012.pdf> Acesso: 12 mar. 2020.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Anna Carolina Lili de [et al]. **As políticas de assistência estudantil: experiências comparadas em universidades públicas brasileiras.** Revista Gestão Universitária da América Latina – GUAL, Florianópolis, v. 6, n. 4, p. 125-146, Edição Especial. 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5007/1983-4535.2013v6n4p125>> Acesso: 22 dez. 2019.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> Acesso: 29 de janeiro de 2019.

GUANIERE, Fernanda Vieira; SILVA, Lucy Leal Melo. **Cotas universitárias no Brasil: análise de uma década de produção científica.** Psicologia Escolar e Educacional, SP. Volume 21, Número 2, Maio/Agosto de 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/pee/v21n2/2175-3539-pee-21-02-00183.pdf>> Acesso: 22 mai. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil.** Estudos e Pesquisas Informação Demográfica e Socioeconômica número 41, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_notas_tecnicas.pdf > Acesso: 20 mar. 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, **Síntese de Indicadores Sociais.** 2019. disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101678.pdf> > Acesso: 22 dez. 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo de educação superior 2018.** Notas estatísticas, Brasília-DF, 2019. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2019/censo_da_educacao_superior_2018-notas_estatisticas.pdf> Acesso: 21 mar. 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **A desigualdade racial da pobreza no Brasil.** 2014. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34915&Itemid=444> Acesso: 12 abr. 2020;

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Estudo do IPEA aponta crescimento de desigualdade de renda no Brasil em 2019.** 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35053> Acesso: 12 abr. 2020.

LEMOS, Isabele Batista de. **Narrativas de cotistas raciais sobre suas experiências na universidade.** Revista Brasileira de Educação, v. 22, n. 71, Belém, PA, 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v22n71/1809-449X-rbedu-22-71-e227161.pdf>> Acesso: 22. Mai. 2019.

Brazilian Journal of Development

PINTO, Alexandre Guimarães Gaveão. **Direitos fundamentais: legítimas prerrogativas de liberdade igualdade e dignidade.** Revista da EMERJ, v. 12, nº 46, 2009. Disponível em: <http://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revista46/Revista46_126.pdf> Acesso: 12 de março de 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO (UFERSA). **Coordenação Geral de Ação Afirmativa, Diversidade E Inclusão Social (CAADIS).** Assecom, 2013. Disponível em: <<http://www2.ufersa.edu.br/portal/view/uploads/setores/15/PROGRAD/Ingressantes/Folder%20CAADIS%202.pdf>> Acesso: 26 mai. 2019.